



BAHIA

CAMPANHA SALARIAL 2019: PRESIDENTE DO TRT OUVI TRABALHADORES E PATRÕES E MARCA NOVA AUDIÊNCIA PARA O DIA 02 DE AGOSTO



Na primeira audiência de conciliação da nossa negociação coletiva na justiça do trabalho a presidente do Tribunal ouviu separadamente às lideranças sindicais e o sindicato patronal e decidiu remarcar nova audiência para o dia 02/08.

Com a criação recente de uma mesa de

conciliação na justiça, antes do dissídio coletivo (processo), as lideranças sindicais buscaram este caminho como alternativa para sair do impasse e da intransigência patronal.

Nos próximos dias as assembleias vão definir os próximos passos da luta.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

PARA DESESPERO DOS CHUPA-TACA O SINDICATO TIROU 27 MILHÕES DOS PATRÕES E REPASSOU PARA OS VIGILANTES

Amanhã chega as mãos da categoria uma notícia que incomoda muita gente. A soma dos valores repassados pelo Sindvigilantes/Bahia aos vigilantes, juntando 2016, 2017 e 2018, ultrapassa a casa dos 27 MILHÕES DE REAIS. Isto mesmo! Os pelegos estavam perguntando por 25 milhões nos últimos 5 anos. Não foi 25. Foi 27 MILHÕES tirados de patrão picareta e caloteiro e entregue aos vigilantes nos últimos 3 anos.

Se esta turma chegar a direção do Sindicato os patrões caloteiros vão fazer festa. Com os valores já pagos em 2019 pelo Sindicato este número já deve passar os 30 MILHÕES. Só nesta segunda-feira o Sindicato divulgou a liberação de mais 400 mil para 13 vigilantes. Etá direção sindical DE LUTA, SEM PELEGO E SEM PATRÃO que faz doer o bolso de larápios.

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

PAGAMENTO DE PROCESSOS/ MAIS DINHEIRO DO SINDICATO PARA O BOLSO DO VIGILANTE COMEÇO DE SEMANA E QUASE 400 MIL PARA 13 VIGILANTES:

- **EGV - DATAPREV**
- **EGV - CODEVASF**
- **COBRATEC - FUNASA**

A boa hora para 13 colegas que trabalharam para os quebrões acima chegou. Nesta segunda-feira (15) ficou pronto os cheques para estes colegas que estão representados em processos do Sindvigilantes/BA contra EGV e Cobratec. Um dos processos tem 10 anos (de 2009). Já os demais é de 2012. É uma boa espera, agora recompensada.

Quase todos os vigilantes são do interior (Ilhéus, Bom Jesus da Lapa, Irecê e Ibipeba). Só um de Salvador. É conquista dos trabalhadores e da condução firme, corajosa, competente e determinada da liderança sindical que não defende patrão, só cuida de trabalhador.

É por isto que os patrões e pelegos querem acabar com os Sindicatos que lutam. Para eles Sindicato não deve defender trabalhador.

Estes valores se somam aos mais de 27 milhões entregue pela direção de luta do Sindvigilantes/Bahia aos vigilantes nos anos 2016, 2017 e 2018. Sem esta ação sindical, esta grana estaria longe, no bolso dos patrões caloteiros. É isto que incomoda patrões picaretas e pelegos.

Sindicato se faz sem “arrego” para patrão. O que é trabalhador é do trabalhador!

Parabéns colegas. Se seu nome estiver na lista abaixo, procure o Sindicato tendo em mãos a CTPS, RG e CPF.

É LUTA. É CONQUISTA PARA QUEM TEM FÉ NA LUTA!

Lista disponível no site do Sindicato.

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

PAGAMENTO DE PROCESSO: MAIS CHEQUES LIBERADOS NESTA TERÇA-FEIRA PARA 11 VIGILANTES.

O Sindvigilantes/Bahia disponibilizou mais cheques para 11 colegas de um processo Multserv/Coelba. É um resíduo ou complemento, mais é dinheiro para o bolso do trabalhador.

É conquista para quem tem fé na luta.

Os colegas relacionados abaixo já podem passar no Sndicato. Seu cheque está lhe esperando.

Lista disponível no site do Sindicato.

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

COMUNICADO AOS VIGILANTES DA EMPRESA DE SEGURANÇA MAX

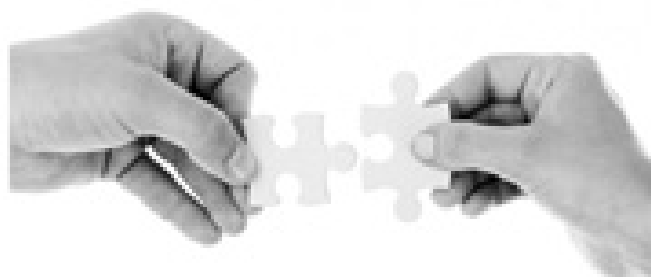


A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, comunica aos Vigilantes da Empresa de Segurança Max que prestaram serviço na nossa base territorial que no próximo dia 22/07/19 dará início as homologações na Sede do Sindicato e será 15 homologações por dia.

Estaremos verificando as rescisões e ao conferir se tiver algo errado colocaremos ressalvas para garantir que os trabalhadores possam buscar na justiça os seus direitos.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Rodrigo Maia minimiza importância dos bancos públicos em evento que reuniu representantes da elite política e setor empresarial, em São Paulo



XP, que reuniu representantes da elite política e do setor empresarial em São Paulo.

Em sua exposição, Rodrigo Maia minimizou o papel das empresas públicas ao perguntar para a plateia: “Para que serve a Caixa Econômica? Para que serve o Banco do Brasil? Para que serve a Petrobrás?”. Segundo ele, o governo teria de ter coragem de enfrentar este debate de privatizações.

Não é nova a ideia de privatização dos bancos públicos. Apesar dos bancos públicos desempenham um papel fundamental na economia brasileira, pois são um importante instrumento de política econômica e de promoção do desenvolvimento econômico e social, as ameaças são constantes.

No atual cenário político do país, a extinção dos bancos públicos volta à tona. Isso é o que destacou o atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em evento da Expert

“Temos que lutar contra a política entreguista do atual governo, que tenta diminuir o papel das empresas públicas, fatiando serviços e enfraquecendo o seu papel. Por isso, devemos ampliar o debate da importância dos bancos públicos. São eles, os grandes precursores de financiamentos e de atendimento à população”, explica a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

Ainda, segundo Maia, a Caixa Econômica virou um emaranhado de coisas, um gigantismo desnecessário e vive basicamente da administração dos fundos públicos, que deve ser reformado. “Nós precisamos reduzir as empresas públicas e não apenas a previdenciária”, diz o parlamentar.

Vale lembrar que os bancos públicos são fundamentais porque têm funções que vão além da busca do lucro. Bancos públicos são essenciais porque há atividades e setores econômicos que os bancos privados não têm interesse em participar. Bancos públicos são necessários para viabilizar políticas econômicas e sociais de governos e para financiar setores e segmentos específicos. Essas instituições públicas são imprescindíveis para o desenvolvimento do país e para aumentar o bem-estar social.

Atuantes em políticas públicas

A Caixa e o Banco do Brasil também se destacam como maiores operadores de crédito, sendo a Caixa responsável, atualmente, por R\$158 milhões, e o BB por R\$115 milhões. Os bancos públicos são ainda atuantes em políticas públicas, como por exemplo, o Financiamento Estudantil (Fies), beneficiando 2,2 milhões de estudantes em 2015 (76% da rede

pública) e o Bolsa Família (em 2019 foram mais de R\$31 milhões repassados aos beneficiários), viabilizando a manutenção de importantes políticas públicas para a população.

Frente Parlamentar em Defesa dos Bancos Públicos

Lançada em maio deste ano, em Brasília, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos tem o objetivo de evidenciar e combater a venda das instituições financeiras, como vem sinalizando as atuais diretorias dos bancos. Parlamentares e representantes de entidades como a Fenaef enfatizaram a importância das instituições financeiras públicas na economia do Brasil, em especial pelas políticas de crédito na área da habitação, agrícola e desenvolvimento urbano.

A Frente conta com 209 integrantes, sendo 199 deputados e 10 senadores, de 23 partidos. Cabe à Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos ampliar os debates na sociedade e fazer articulações no Congresso Nacional com o intuito de barrar projetos de reestruturação que miram o sucateamento e privatização das instituições financeiras públicas, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa).

A entidade pretende ainda criar um banco de dados com informações dos municípios para integrar os estados. O site Reconta Aí, que reúne informações dos bancos públicos, também foi citado.

Fonte: DCM

Nova regra tira abono salarial de 12,7 milhões

Renda para direito a benefício, que hoje é de até 2 mínimos, deve cair para R\$ 1.364,43



Mulher segura pasta com carteira de trabalho em fila para vaga de emprego em São Paulo

Foto: Nacho Doce / Reuters

A proposta de reforma da Previdência aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados pode cortar o acesso de 12,7 milhões de trabalhadores ao abono salarial.

A exclusão atingirá 54% dos 23,7 milhões dos atuais beneficiários do programa, que assegura hoje o valor de um salário mínimo anual aos trabalhadores que recebem, em média, até dois salários mínimos de remuneração mensal

de empregadores que contribuem para o PIS/Pasep.

Com a proposta de reforma aprovada na semana passada, que ainda depende de votação em segundo turno na Câmara e mais dois turnos no Senado, o abono será concedido para quem ganha até R\$1.364,43 - valor calculado pelo critério previsto na Constituição que define a condição de baixa renda.

Os cálculos foram feitos pelo economista Daniel Ferrer, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido da Federação dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica do Estado de São Paulo. De acordo com o levantamento, em Estados com salários mínimos regionais próprios a exclusão pode alcançar 72% dos atuais beneficiários, como é o caso de Santa Catarina. Em São Paulo, afetaria 70,1% dos trabalhadores que recebem o abono no Estado - o equivalente a 4 milhões de pessoas.

A proposta inicial de reforma enviada pelo governo Jair Bolsonaro ao Congresso limitava o direito ao recebimento do abono salarial aos trabalhadores cuja remuneração mensal média tivesse sido de até um salário mínimo. Na prática a proposta inviabilizava o recebimento do abono para 94% dos trabalhadores atualmente beneficiados, mas o relator da proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP), subiu a linha de corte para R\$ 1.364,43.

Apesar dos destaques apresentados em plenário na tentativa de remover essas barreiras à concessão do benefício, o texto foi aprovado na Câmara tal como proposto pelo relator, garantindo uma economia de R\$ 76,4 bilhões em 10 anos para as despesas do governo.

Para o relator, houve avanços no texto na direção de proteger os trabalhadores de mais baixa renda. “Procuramos melhorar a PEC que recebemos, procuramos promover avanços.

Tivemos resultado”, disse Moreira. O deputado, porém, defendeu que o abono seja rediscutido pelo governo e os recursos economizados transferidos para programas que atendam à população mais carente.

“Essa é uma das partes nefastas da reforma da Previdência, que exclui milhões de trabalhadores ao direito do abono e, conseqüentemente retirará o direito de 12,7 milhões de trabalhadores”, disse Sérgio Leite, da Força Sindical.

Procurada, a Secretaria de Previdência do Ministério da Economia avaliou que a economia decorrente da maior “focalização” da política do abono pode ser destinada a políticas que realmente estimulam o emprego formal.

O benefício do abono, cujo desenho atual tem origem na Constituição Federal de 1988, visava à complementação de renda dos trabalhadores formais de baixa remuneração, com rendimento médio mensal de até dois salários mínimos. O objetivo declarado da política era o da redução da pobreza e diminuição da desigualdade entre os trabalhadores de mais baixos salários. O poder de compra do salário mínimo na época de sua regulamentação, em 1990, era substancialmente inferior ao do salário mínimo vigente desde 2010. O salário mínimo em dezembro de 2018 tinha poder de compra quase três vezes superior ao vigente em dezembro de 1990.

Fonte: Metropoles

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF